

Discurso na solenidade de posse do ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, Dr. Raul Jungmann

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 30 DE ABRIL DE 1996

Senhor Vice-Presidente da República, Senador Marco Maciel; Senhor Presidente da Câmara, Deputado Luís Eduardo Magalhães; Senhor Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Senhor Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Governador Marcello Alencar; Governador Cristovam Buarque; Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Marcos Vilaça; Senhores Senadores; Deputados; Senhor Francisco Urbano, Presidente da Contag; Senhoras e Senhores;

A decisão que tomei, de designar um ministro extraordinário para a política fundiária, neste momento traz o sentido inequívoco de demonstrar a importância que o Governo atribui politicamente à questão fundiária no Brasil.

Está presente, aqui, o Presidente da Contag. Mais de uma vez eu me reuni com a Contag, assim como me reuni com o Movimento dos Sem-Terra, e a reivindicação, não diria fundamental, mas que mais chamava a atenção dizia respeito a que se desse uma demonstração

política da vontade do Governo, personificada, como é de praxe no Brasil, pelo Presidente, no sentido de mostrar que a questão fundiária, e, em particular, a da reforma agrária, é prioridade do Governo.

Jamais concordei em que houvesse a ligação direta do Incra com a Presidência da República, por uma razão muito simples: porque não há mecanismo administrativo capaz de permitir que essa ligação possa significar, efetivamente, um aperfeiçoamento institucional. (Pediria às pessoas que estão assistindo que se manifestassem um pouco mais tranqüilas, hoje, aqui: acredito que, em certos momentos, se fazem necessários a atenção e o respeito, senão ao Presidente, ao tema em discussão.)

Eu dizia que era necessário haver um aperfeiçoamento, e não, pura e simplesmente, alguma coisa simbólica. Pois bem, não acredito que a criação de máquinas administrativas resolva o problema da terra. E não vou encorajar a multiplicação de burocracias. O Ministro Jungmann acabou de dizer que não vem para ampliar canais burocráticos; ele vem para mostrar a atenção direta do Governo sobre uma questão. E, nesse sentido, creio que, atendo à reivindicação que me foi trazida pelos líderes, tanto da Contag, e sobretudo pelo Francisco Urbano, como por todos aqueles que têm demonstrado a sua preocupação, que é nossa também, no aperfeiçoamento das estruturas capazes de lidar com a questão agrária.

Mais ainda: não creio que devamos tapar o sol com a peneira. Esta questão assumiu, hoje, no Brasil, uma conotação que vai muito além do fato em si.

O Ministro Jungmann mencionou outros momentos da História, nos quais o interesse pela reforma agrária galvanizou a opinião política no País. Eu pertenço a essa época. As transformações ocorridas na sociedade brasileira talvez hoje não a tornem – e já o disse o Ministro – uma questão com a mesma amplitude e com a mesma capacidade de solução das grandes questões nacionais, como eventualmente foi no passado. De um país rural, passamos a ser um país eminentemente urbano; de um país produtor agrícola, sem que o deixemos de ser, passamos a ser um país industrializado, em cuja

pauta de exportações os produtos manufaturados primam sobre os demais produtos.

Não obstante, hoje, a questão agrária tem uma conotação simbólica talvez ainda mais importante do que a anterior. É que, de alguma forma, o crescimento deste país e sua imensa capacidade transformadora não foram capazes de acabar com aquilo que mais perturba a possibilidade de divisarmos um horizonte tranqüilo: a injustiça social, a pobreza e mesmo a miséria.

E é por isso que, hoje, quando se fala na questão da terra, na verdade fala-se muito mais do que simplesmente em uma questão localizada da reforma agrária: fala-se da injustiça social, fala-se da pobreza, fala-se da falta de esperança de milhões de brasileiros.

Muitas vezes as pessoas não compreendem que o efeito, quase que de curto-circuito, de um problema localizado no campo tem essa feição, essa capacidade galvanizadora, porque, na verdade, na consciência de cada brasileiro está muito viva a questão da injustiça.

Eu disse, algum tempo atrás, também durante a campanha eleitoral, que o Brasil não era um país subdesenvolvido; era um país injusto. No começo, as pessoas costumam a entender os conceitos; hoje, basta olhar os números, basta ver qual é o nosso produto interno bruto, basta ver qual é a nossa renda *per capita*, basta ver qual é a nossa pauta de exportações, basta ver qual é o valor agregado de cada ano, nessa pauta de produção, e que setores são os setores que aí participam; basta ver qual o nosso desenvolvimento tecnológico e verão que, de fato, será muito difícil imaginar que este país seja subdesenvolvido.

Já temos desenvolvimento suficiente para ele não poder mais ser complacente com a pobreza e a miséria. Já temos condições de mudar. Estamos mudando de forma demasiadamente lenta. E é isso que, de alguma forma, vem do que se chama o “grito da terra”. Não é, em si mesma, a questão. Ela existe, mas é muito mais ampla do que isso.

Se ela é mais ampla do que simplesmente uma questão de localização e de assentamento de famílias, se é uma questão política, se é uma questão de denúncia, que nós próprios fazemos, do nosso modo de viver socialmente, ela tem que ser encarada por todos nós.

Desde os infelizes acontecimento no Pará, de Marabá, desde aquele momento, que foi um precipitador – e, na verdade, não foi o único, infelizmente, episódio trágico – o País sentiu isso. Desde aquele momento, devo dizer, os responsáveis pela direção política nacional perceberam essa questão. O Ministro Sepúlveda Pertence, o Deputado Luís Eduardo, o Senador Sarney, o Vice-Presidente Marco Maciel e eu próprio procuramos, juntos, demonstrar ao País que a nossa preocupação era institucional, não era uma preocupação partidária, não era uma preocupação apenas em termos das respectivas responsabilidades, mas era a compreensão de que, se não houver – e isto vale hoje – uma convergência de esforços, se nós não entendermos essa situação na sua complexidade e globalidade, que só poderá ser resolvida se todos participarmos, será muito fácil proclamar que somos contra a injustiça, será muito fácil entender faixas pelo País afora, será muito fácil buscar culpados, mas aquele que está na miséria não terá um passo efetivo para melhorar a sua condição de vida. E o Brasil cansou da retórica, da demagogia e também dos braços cruzados.

A responsabilidade de Vossa Excelência, Senhor Ministro Raul Jungmann, é que cabe a Vossa Excelência simbolizar que os nossos braços não estão cruzados, mostrar o que se fez, não para dizer que já se fez, mas para demonstrar o quanto custa fazer e quanto mais temos a fazer.

Jamais entrei no debate vão sobre quantas famílias foram assentadas. Eu sei. E aqui está o Dr. Raul do Vale, a quem agradeço o esforço que vem fazendo no Incra, como agradeço também ao Ministro José Eduardo Vieira, que não sei se está aqui neste momento, porque apoiou e nós desapropriamos mais de um milhão de hectares de terra. Mas não adianta confrontar números. Que adianta dizer que a média histórica de assentamentos são 16 mil famílias e que o ano passado assentamos 40 mil? E que adianta outros contestarem e dizerem que não, se nós mostramos a pilha com a relação de famílias assentadas. Tudo isso é ridículo. O que são 40 mil famílias, nesse oceano de dificuldades de milhões de brasileiros?

A nossa disputa não pode ser da numerologia, Ministro Krause, não pode ser de saber quem fez mais, quem fez menos. É muito maior do que isso o nosso desafio. É termos consciência de que, por mais que façamos, o tempo vai escorrer, e muito tempo, para que, efetivamente, as coisas tenham um sentido de dignidade humana e que possamos dizer, como queremos, com sinceridade, que neste país a injustiça social não é abrigada pelos poderes públicos e não encontra apoio na sociedade; pelo contrário, encontra o repúdio da sociedade.

Leva tempo. Leva tempo e requer decisão. E, quando digo “leva tempo”, não é no sentido de dizer “não se pode fazer mais”: é para apelar para que se faça mais. Apelo aos prefeitos, aos governadores, aos funcionários. Mas apelo, também, às forças políticas, àquelas que estão interessadas efetivamente na mudança do Brasil, àquelas que gritam contra o Governo. Não importa isso. Mas que não termine a sua ação política e não pensem que a sua boa consciência adormece com o grito. A boa consciência de todos nós só adormecerá quando houver mudança efetiva na condição de vida do povo.

Hoje, sabemos que essa mudança efetiva requer um esforço solidário imenso. E é por isso que está aqui todo o Ministério, é por isso que estão aqui os três Poderes da República, porque, de alguma maneira, se sente que estamos em uma hora em que precisamos, com sinceridade, fazer o possível para modificar a situação social do Brasil.

Repito: não se modifica sem que haja entendimento, compreensão, competência, dedicação e fiscalização da sociedade, dos vários Poderes.

Nós estamos tratando de aperfeiçoar mecanismos legais. É lento? É lento. É lento, porque as formalidades democráticas têm que ser respeitadas. Quem fala aqui lutou sempre pelo respeito à democracia – aliás, os que estamos aqui. Não seremos nós que iremos depressa, essa pressa que não resolve. Repito: isso não significa que cruzemos os braços nem que estejamos coniventes com a malevolência de certas decisões, mas estamos tratando de modificar.

É necessário modificar certas regras, certos ritos. E é necessário, ao modificá-los, ouvir as várias partes e chegar-se a um entendimento

sustentado. O Governo não terá dúvidas inclusive de tomar as decisões sob forma de medida provisória, quando for legítimo e desde que tenha sustentação política.

Nunca tive dúvidas a respeito do exercício do poder constitucional. Não posso, evidentemente, modificar uma lei complementar através de medida provisória, porque a Constituição não me permite. Então, não posso modificar certas leis. Os projetos de lei que lá estão foram mandados por nós há meses. Não culpo o Congresso, são poucos meses e esta matéria requer maturação por parte do Congresso, efetivamente.

Mas não é só a legislação. É mais do que a legislação. Somos nós, também, parte do Governo, burocracia do Governo, Incra, somos nós também que temos que nos modificar. Temos que agilizar, temos que mudar práticas, temos que reformar, temos que ter coragem mesmo para cobrar competência. E, se possível, sendo incompetente, ou sendo relapso ou corrupto, pôr fora do Governo. Não é mais possível, simplesmente, desculpar, desculpar e desculpar.

No momento em que o Congresso nos der mais condições para uma ação mais eficaz, nós utilizaremos os poderes constitucionais para que essa ação seja obtida. Mas não acredito – assim como não creio que a violência resolva as questões – também que a perseguição a um setor do Governo, ou a um funcionário, resolva qualquer questão.

A cobrança efetiva de um desempenho eficaz não substitui a motivação, não substitui o diálogo, não substitui o respeito ao trabalho, que eu sei que é imenso, de muita gente do próprio Incra e de muitos setores das burocracias, das procuradorias, como também é imenso no Judiciário, como é imenso no Congresso. Não se constrói destruindo aqueles que estão tratando de entender e de mudar as coisas.

É com esse espírito, Senhor Ministro, que vamos trabalhar juntos. Não sou especialista – longe de mim – nessa matéria. Acredito que nós hoje devemos multiplicar os canais – e Vossa Excelência citou alguns – que são capazes de agilizar a oferta de terras. Não basta fixarmo-nos na questão da desapropriação. Política fundiária é mui-

to mais do que só desapropriação. E política agrária é muito mais do que simplesmente assentar famílias e deixá-las perdidas, a esmo.

Vossa Excelência mencionou alguns tópicos que creio serem da maior importância. Um deles diz respeito à agilização da oferta de terras. É possível agilizar a oferta de terras e utilizar os mecanismos existentes de mercado para, em boas condições de preço – porque os preços estão baratos – aumentar a possibilidade de assentar famílias nas terras.

Mas é preciso também – e Vossa Excelência citou isso – insistir muito no Planaf, muito no desenvolvimento da agricultura familiar, no Projer e em programas que são específicos, para dar continuidade à produção daqueles que, na economia, às vezes de subsistência, dão emprego à sua família e se mantêm com relativa capacidade de sobrevivência e com dignidade

Não é somente dar terra. É, muito mais do que isso, dar condições de trabalho efetivo. Não podemos nos iludir – sobretudo os que têm a possibilidade de conhecer outras experiências históricas – achando que podemos resolver tudo através de panacéias ou que a reforma agrária seja uma panacéia, porque não é. Vamos precisar de continuar investindo em muitos setores, na área agrícola; precisamos manter a produtividade do campo; precisamos manter as fazendas prosperando, porque senão não atenderemos à demanda dessa população, que hoje é eminentemente urbana e não há de ser atendida, simplesmente, pela pequena propriedade.

Na Europa, quando passou por um processo rápido de urbanização e houve forte empobrecimento do campo, houve um apelo à migração. Cerca de 60 milhões de europeus vieram florescer nas Américas; ou, quem sabe, alguns sequer florescer, vieram padecer nas Américas. De qualquer maneira, houve uma espécie de sangria, que tirou parte da população, que não conseguia ser incorporada aos mecanismos vigentes, e permitiu uma certa prosperidade, com maior tranquilidade. Infelizmente, ou, quem sabe, felizmente, não é o nosso caso – felizmente, porque teremos que enfrentar a situação dos brasileiros aqui, no Brasil. Teremos que enfrentá-la.

Senhor Ministro, pode ter certeza de que não só o Presidente da República, mas todo o Governo – e tenho a convicção de que todos os Poderes da República; e, pelo apoio da sociedade às medidas que se possam tomar, tenho certeza que todo o País – está ávido por ver que, efetivamente, as coisas não só estão marchando, mas estão marchando com respeito a procedimentos que são pactados, definidos; que as metas são as metas possíveis e propostas; e há o respeito à legitimidade democrática e à legitimidade constitucional.

Só neste quadro, de efetivo respeito a um conjunto de regras e de efetiva vontade de atender àquilo que é imperioso, como uma necessidade social do País, é que poderemos divisar um futuro mais tranquilo.

Acho que devemos àqueles que foram chacinados recentemente a homenagem da nossa humildade diante do tamanho da tarefa, mas também da nossa pertinácia diante da imperiosidade; e que se atenda aos reclamos da população carente, daqueles que realmente precisam de que as coisas caminhem.

Acho que o momento do Brasil permite esse apelo à paz. E peço a Vossa Excelência que, no seu Ministério, organize uma Comissão de Terra e de Paz e que coloque nessa Comissão os representantes dos setores mais diretamente interessados nessa temática; que coloque os representantes da CNBB; que coloque os representantes escolhidos por Vossa Excelência e por mim, dos diversos setores que possam cooperar para que haja um diálogo positivo e produtivo, incluindo aqueles que são diretamente interessados na questão da terra. Peço a Vossa Excelência que, com todo o entusiasmo, seja realmente o símbolo de um Brasil que sacudiu a poeira e confia em que as injustiças vão ser cada vez mais do passado e que o futuro vai ser cada vez mais digno de um país cujos filhos requerem de nós, neste momento, muito, mas muito mesmo, esforço e empenho.

Conto com Vossa Excelência e tenho certeza de que o Brasil todo entenderá que nós faremos o que for necessário, dentro da lei, com respeito às instituições, buscando convergência, mas não sendo insensíveis à injustiça nem complacentes para com a impunidade.

Muito obrigado.